



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640036 - SP (2021/0012693-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : RODRIGO RIBEIRO FIRMINO E OUTRO
ADVOGADOS : RODRIGO RIBEIRO FIRMINO - SP391167
JOSÉ EDUARDO FERREIRA SORNAS CAMPOS - SP355147
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOHN LENON APARECIDO ARRUDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOHN LENON APARECIDO ARRUDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2261002-55.2020.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por ter sido pilhado por policiais na posse de 765 tabletes de maconha, com aproximadamente 700 quilos, 1 balança de precisão, 1 caderno de anotações, 4 bobinas de plástico, 1 faca, 1 canivete, 1 aparelho celular, 1 automóvel, além de R\$ 3.160,00 em dinheiro.

A impetração sustenta que a segregação cautelar não está devidamente fundamentada em elementos concretos dos autos.

Salienta que, em tempos de pandemia, não se mostra razoável manter alguém em ambiente carcerário, sabidamente insalubre e com muito maiores riscos de contaminação pela covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, seja o paciente colocado em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em razão da gravidade concreta na conduta, dada a expressiva quantidade de droga apreendida.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 63):

Por fim, cabe destacar que o CNJ e o E. STF não determinaram a soltura imediata e indistinta de toda a

população carcerária nem poderiam em razão da pandemia do COVID-19. O que fez foi recomendar a avaliação mais criteriosa da necessidade do recolhimento nos casos que lista. Aqui, trata-se de réu com 31 anos de idade (fl. 16) e não há qualquer informação ou documento a comprovar que estivesse inserido no grupo de risco ou a existência de quadro de saúde que possa se agravar em caso de contágio pelo COVID-19.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência